



## **Banco de Boas Práticas do Poder Judiciário cearense**

### **Boas Práticas de Gestão de outras instituições**

#### **Informações gerais sobre a prática**

##### **Título**

Justiça para todos – TJBA

##### **Unidade de implantação**

Tribunal de Justiça do Estado da Bahia (TJBA)

#### **Autor(es)**

Genivaldo Alves Guimarães

#### **Informações detalhadas sobre a prática**

Inscrita na edição IV do Prêmio Innovare e implantada desde 2003, a prática intitulada “Justiça para Todos” foi aplicada na Comarca de Presidente Jânio Quadros, localizada no estado da Bahia, cidade de difícil acesso.

O magistrado Genivaldo Alves Guimarães, ao assumir o cargo de Juiz Substituto dessa comarca – a qual não contava com Defensor Público, nem com Promotor de Justiça titular, e estava há cinco anos sem juiz titular – observou um acúmulo de muitos processos antigos à espera de instrução e julgamento, constatando, ainda, grandes dificuldades de acesso dos cidadãos à Justiça.

Diversas pessoas, em especial os menos favorecidos, residentes na zona rural,

iam ao encontro do versado magistrado narrando e solicitando providências, mas desistiam em seguida ao serem informados que deveriam expor tais fatos em juízo por meio de um advogado. Considerando a dificuldade recorrente das partes em custear as despesas com um causídico, o magistrado criou uma espécie de Juizado Especial e passou a atendê-las diretamente, bem como sem a presença de um advogado.

A prática, à época, funcionava da seguinte maneira: as pessoas se dirigiam ao Fórum e conversavam diretamente com o Juiz, lavrando-se, a partir disso, um termo de apresentação de queixa; o jurisdicionado saía intimado da data da audiência de conciliação; a outra parte era comunicada e comparecia à audiência. De acordo com o Dr. Genivaldo Alves Guimarães, centenas de casos eram resolvidos mensalmente, por meio de conciliação, dispensando-se a atuação de advogados e Promotor de Justiça.

A iniciativa supra narrada contribuiu, dessa forma, para a melhoria da imagem do Judiciário perante a comunidade. O Juiz afirmou que muitos já não tinham esperança de justiça, e esta findava sendo feita pelas próprias mãos, fato que só agravava os conflitos sociais. Na medida em que a população passou a ter acesso ao Poder Judiciário, indivíduos se dirigiam, semanalmente, ao Fórum, narrando os mais variados casos, que passaram a ser rapidamente solucionados por meio da conciliação.

Para o Dr. Genivaldo Guimarães, a principal inovação dessa prática foi o acesso das pessoas diretamente à figura do juiz, já que o atendimento pessoal não acontecia comumente – e isto proporcionou muitos benefícios à população, notadamente aos financeiramente menos favorecidos.

Fonte: Instituto Innovare adaptado